

Companhia
Energética do
Piauí - CEPISA

**Relatório sobre a revisão das
demonstrações financeiras
intermediárias em
31 de março de 2019**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório sobre a revisão as -demonstrações financeiras intermediárias | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações dos resultados | 6 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto | 9 |
| Demonstrações do valor adicionado | 10 |
| Notas explicativas às -demonstrações financeiras intermediárias | 11 |



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Energética do Piauí - CEPISA
Teresina - PI

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Piauí - CEPISA ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias incluídas nas demonstrações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de demonstrações intermediárias.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Hidelbrando de Oliveira Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

Companhia Energética do Piauí S.A. - CEPISA

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 31/03/2019 | 31/12/2018 | Passivo | Nota | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|------|------------------|------------------|---|------|------------------|------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 550.100 | 830.670 | Fornecedores | 15 | 359.666 | 413.879 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 419.004 | 395.263 | Obrigações e encargos sobre folha de pagamento | | 45.177 | 45.653 |
| Contas a receber - bandeira tarifária | | 11.253 | 13.948 | Empréstimos e financiamentos | 16 | 879.604 | 1.033.722 |
| Serviços pedidos | 7 | 83.104 | 79.070 | Debêntures | 17 | 6.951 | 324 |
| Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros | 8 | 167.907 | 238.738 | Impostos e contribuições a recolher | 18 | 110.428 | 81.233 |
| Estoques | | 7.976 | 8.241 | Impostos e contribuições sobre lucro a recolher | | 4.213 | 3.992 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 9.1 | 12.078 | 13.056 | Encargos do consumidor | | 9.924 | 11.578 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | 9.2 | 8.549 | - | Contribuição de iluminação pública | | 20.237 | 19.485 |
| Outros créditos a receber | 10 | 40.526 | 41.778 | Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | 19 | 48.161 | 45.859 |
| Total do ativo circulante | | 1.300.497 | 1.620.764 | Plano de aposentadoria e pensão | | - | 2.539 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 204.889 | 193.115 | Outras contas a pagar | 22 | 56.556 | 62.738 |
| Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros | 8 | 302.043 | 239.866 | Total do passivo circulante | | 1.540.917 | 1.721.002 |
| Depósitos judiciais | 20 | 37.156 | 32.471 | Não circulante | | | |
| Impostos e contribuições a recuperar | 9.1 | 456.256 | 443.116 | Empréstimos e financiamentos | 16 | 1.407.781 | 1.419.939 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | 9.2 | - | 5.811 | Debêntures | 17 | 400.000 | 400.000 |
| Outros créditos a receber | 10 | 1.859 | 1.766 | Impostos e contribuições a recolher | 18 | 54.981 | 58.974 |
| Ativo financeiro da concessão | 12 | 11.015 | 11.015 | Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas | 20 | 290.338 | 313.404 |
| Investimentos | | 146 | 146 | Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | 19 | 41.902 | 41.277 |
| Intangível | 13 | 781.499 | 795.133 | PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores | 21 | 431.796 | 418.741 |
| Ativos contratuais | 14 | 284.433 | 249.404 | Outras contas a pagar | 22 | 55.478 | 72.176 |
| Total do ativo não circulante | | 2.079.296 | 1.971.843 | Total do passivo não circulante | | 2.682.276 | 2.724.511 |
| Total do ativo | | 3.379.793 | 3.592.607 | Patrimônio líquido | 23 | | |
| | | | | Capital social | | 1.994.414 | 1.993.713 |
| | | | | Ajustes de avaliação patrimonial | | (73.336) | (73.336) |
| | | | | Prejuízos acumulados | | (2.773.283) | (2.773.283) |
| | | | | Resultado no período | | 8.805 | - |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | (843.400) | (852.906) |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 3.379.793 | 3.592.607 |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Piauí S.A. - CEPISA

Demonstrações dos resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
|--|------|------------------|------------------|
| Receita operacional líquida | 25 | 491.231 | 405.204 |
| Custos de energia elétrica, construção e operação | 26 | <u>(395.503)</u> | <u>(370.603)</u> |
| Energia elétrica comprada para revenda | 27 | (332.619) | (266.899) |
| Custo de construção | | (33.697) | (29.230) |
| Custo da operação | | <u>(29.187)</u> | <u>(74.474)</u> |
| Lucro bruto | | <u>95.728</u> | <u>34.601</u> |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas com vendas | 26 | (9.755) | (8.193) |
| Despesas gerais e administrativas | 26 | (23.731) | (127.033) |
| Perdas esperada por redução ao valor recuperável | 26 | (11.561) | (99.681) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | | <u>-</u> | <u>(3.462)</u> |
| Total de despesas operacionais | | <u>(45.047)</u> | <u>(238.369)</u> |
| Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social | | <u>50.681</u> | <u>(203.768)</u> |
| Receitas financeiras | 28 | 40.392 | 33.612 |
| Despesas financeiras | 28 | <u>(82.268)</u> | <u>(66.726)</u> |
| Resultado financeiro, líquido | 28 | <u>(41.876)</u> | <u>(33.114)</u> |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>8.805</u> | <u>(236.882)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Impostos sobre o lucro | | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Lucro líquido (prejuízo) no período | | <u>8.805</u> | <u>(236.882)</u> |
| Lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$ | | | |
| Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações - R\$ | | 0,00667 | (0,31832) |
| Lucro (prejuízo) diluído por lote de mil ações - R\$ | | <u>0,14080</u> | <u>(6,74993)</u> |
| Quantidade de ações ordinárias no final do período (em milhares de ações) | | <u>1.382</u> | <u>779</u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Piauí S.A. - CEPISA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
|---|---------------------|-------------------------|
| Lucro líquido (prejuízo) no período | 8.805 | (236.882) |
| Outros resultados abrangentes no período, líquido de impostos | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total resultados abrangentes | <u><u>8.805</u></u> | <u><u>(236.882)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Piauí S.A. - CEPISA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reservas de lucros | | Resultado no período | Total |
|---|-------------------------|----------------------------------|---------------------------|----------------------|-------------------------|
| | | Ajustes de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | <u>1.272.747</u> | <u>(44.653)</u> | <u>(2.672.561)</u> | <u>-</u> | <u>(1.444.467)</u> |
| Prejuízo no período | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(236.882)</u> | <u>(236.882)</u> |
| Saldos em 31 de março de 2018 | <u>1.272.747</u> | <u>(44.653)</u> | <u>(2.672.561)</u> | <u>(236.882)</u> | <u>(1.681.349)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | <u>1.993.713</u> | <u>(73.336)</u> | <u>(2.773.283)</u> | <u>-</u> | <u>(852.906)</u> |
| Aumento de capital | 701 | - | - | - | 701 |
| Lucro líquido no período | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>8.805</u> | <u>8.805</u> |
| Saldos em 31 de março de 2019 | <u><u>1.994.414</u></u> | <u><u>(73.336)</u></u> | <u><u>(2.773.283)</u></u> | <u><u>8.805</u></u> | <u><u>(843.400)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Piauí S.A. - CEPISA

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
|---|------------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido (prejuízo) no período | 8.805 | (236.882) |
| Ajustes para: | | |
| Amortização | 13.634 | 10.868 |
| Depreciação | - | 1.251 |
| Baixa de intangível, financeiro e contratual | 105 | - |
| Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas | 67.088 | 38.014 |
| Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas | 109 | 118.924 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis | 11.561 | 99.681 |
| Provisão e atualização de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | 1.124 | - |
| Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros | 8.654 | - |
| PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores | (81) | - |
| Ajuste a valor presente | 5.606 | - |
| Reversão de perdas por redução ao valor recuperável do ativo intangível e financeiro | - | (12.485) |
| Outros | (8.707) | - |
| | <u>107.898</u> | <u>19.371</u> |
| Lucro líquido do período após ajustes | | |
| Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes | | |
| Investimentos de curto prazo | - | (266) |
| Contas a receber de clientes | (47.076) | (22.686) |
| Contas a receber – bandeiras tarifárias | 2.695 | - |
| Serviços pedidos | (5.471) | - |
| Depósitos judiciais | (4.685) | (6.258) |
| Estoques | 265 | 5.298 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 978 | (468) |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | (2.738) | (328) |
| Direitos de ressarcimento | - | 4.162 |
| Ativo financeiro | - | 42.302 |
| Outros créditos a receber | 1.159 | (1.360) |
| Fornecedores | (54.213) | (46.412) |
| Obrigações e encargos sobre folha de pagamento | (476) | (495) |
| Impostos e contribuições a recolher | 25.198 | 35.563 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher | 221 | (36) |
| Encargos do consumidor | (1.654) | (8.230) |
| Benefícios pós-emprego | (2.539) | (5.078) |
| Contribuição de iluminação pública | 752 | - |
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética | 1.803 | 3.450 |
| Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas | (23.175) | (8.187) |
| Passivo financeiro | - | (53.828) |
| Outras contas a pagar | (14.173) | 494 |
| Juros pagos | (61.323) | (14.198) |
| | <u>(184.452)</u> | <u>(76.561)</u> |
| Caixa utilizado nas atividades operacionais | | |
| | <u>(76.554)</u> | <u>(57.190)</u> |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais | | |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | |
| Aquisições no ativo imobilizado | - | (114) |
| Aquisições no ativos contratuais | (33.697) | - |
| Aquisições no ativo intangível | - | (805) |
| Aquisições no ativo financeiro | - | (20.844) |
| | <u>(33.697)</u> | <u>(21.763)</u> |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | | |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | |
| Aumento de capital | 701 | - |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | (171.020) | (10.148) |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | 88.018 |
| | <u>(170.319)</u> | <u>77.870</u> |
| Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento | | |
| Redução em caixa e equivalentes de caixa | <u>(280.570)</u> | <u>(1.083)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 830.670 | 11.547 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | <u>550.100</u> | <u>10.464</u> |
| Redução em caixa e equivalentes de caixa | <u>(280.570)</u> | <u>(1.083)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Companhia Energética do Piauí S.A. - CEPISA

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Receitas | | |
| Vendas de produtos e serviços e receitas de construção | 742.476 | 618.386 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis | (11.561) | (99.681) |
| Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas | 2.307 | (118.924) |
| Outras despesas (receitas) operacionais | - | (3.462) |
| | <u>733.222</u> | <u>396.319</u> |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) | | |
| Custos dos produtos e dos serviços vendidos | (366.316) | (296.129) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (10.263) | (14.691) |
| | <u>(376.579)</u> | <u>(310.820)</u> |
| Valor adicionado bruto | <u>356.643</u> | <u>85.499</u> |
| Amortização e depreciação | (13.634) | (12.120) |
| Valor adicionado líquido gerado pela Companhia | <u>343.009</u> | <u>73.379</u> |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 40.392 | 33.612 |
| | <u>40.392</u> | <u>33.612</u> |
| Valor adicionado total a distribuir | <u>383.401</u> | <u>106.991</u> |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Empregados | | |
| Remuneração direta | 40.479 | 37.462 |
| Benefícios | 3.578 | 5.465 |
| FGTS | 10.357 | 11.788 |
| Outros | (12.460) | 7.098 |
| | <u>41.954</u> | <u>61.813</u> |
| Tributos | | |
| Federais | 90.905 | 79.113 |
| Estaduais | 157.645 | 134.064 |
| Municipais | 92 | 5 |
| | <u>248.642</u> | <u>213.182</u> |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 82.268 | 66.726 |
| Aluguéis | 1.732 | 2.152 |
| | <u>84.000</u> | <u>68.878</u> |
| Remuneração de capitais próprios | | |
| Prejuízo no período | 8.805 | (236.882) |
| | <u>8.805</u> | <u>(236.882)</u> |
| Valor adicionado | <u>383.401</u> | <u>106.991</u> |

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Piauí - CEPISA (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Teresina, no Estado do Piauí, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Piauí com 251.577 km², atendendo, em 31 de março de 2019, 1.278.553 consumidores em 224 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 04/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 12/02/2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015.

Em 18 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2018 - ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial Energia S.A, como acionista controlador, com vigência até 17 de outubro de 2048.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2019 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - (“CVM”) e em conformidade com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 9 de maio de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras intermediárias. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias, e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.1 - Receita não faturada:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida porém não faturada;
- **Nota explicativa 6.2 - Contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 12 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 13 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;

- **Nota explicativa 20 - Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas:**
Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa 29 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. Não houve em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 instrumentos financeiros classificados no nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/ IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período da revisão das informações trimestrais.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 29.3.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Determinados instrumentos financeiros medidos pelos seus valores justos, quando requeridos pela norma; e
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado.

4 Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 5, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado na nota 4.1. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitidas em 30 de março de 2019, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2019.

4.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

4.1.1 CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a IFRS 16. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou a IFRS 16 apenas para os contratos vigentes 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. Em conformidade com a IFRS 16, a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para

arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil.

Foram identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia os seguintes arrendamentos operacionais:

(a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição; e

(b) Veículos.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos encontram-se descritos na nota explicativa 17.

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo com base na avaliação da Administração, não houve impactos significativos nos contratos de arrendamentos da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa e bancos | 40.575 | 15.196 |
| Aplicações financeiras de curto prazo (i) | 509.525 | 815.474 |
| Total caixa e equivalentes de caixa | 550.100 | 830.670 |

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| (i) Aplicações financeiras de curto prazo | | |
| CDB | 7.694 | 1.091 |
| Fundos de investimentos (ii) | 501.831 | 814.383 |
| Total | 509.525 | 815.474 |

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a Fundos de Investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 96% (98,41% em 31 de dezembro de 2018).

- (ii) Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia.

Os fundos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, pós fixado e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa.

A variação decorrente do pagamento de verbas rescisórias devido à redução do quadro de pessoal e a amortização de principal e encargos de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 232.343, entre outros.

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------------|------------------|
| Contas a receber de consumidores faturados | 366.691 | 346.621 |
| Contas a receber de consumidores não faturados (a) | 49.503 | 52.435 |
| Parcelamentos (b) | 402.016 | 417.508 |
| Baixa renda | 16.352 | 15.037 |
| Outras | 67.249 | 52.014 |
| | <u>901.811</u> | <u>883.615</u> |
| Total | <u>901.811</u> | <u>883.615</u> |
| (-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber | <u>(277.918)</u> | <u>(295.237)</u> |
| Total contas a receber clientes | <u>623.893</u> | <u>588.378</u> |
| Circulante | 419.004 | 395.263 |
| Não circulante | 204.889 | 193.115 |

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e

- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 120 vezes. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m.

6.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber

| | 31/12/2018 | Provisões (adições) | Reversões (baixas) | 31/03/2019 |
|--|----------------|------------------------|-----------------------|----------------|
| Contas a receber de consumidores faturados | 93.244 | 10.683 | (200) | 103.727 |
| Parcelamentos | 170.706 | 591 | (27.266) | 144.031 |
| Outras | 31.287 | - | (1.127) | 30.160 |
| | <u>295.237</u> | <u>11.274</u> | <u>(28.593)</u> | <u>277.918</u> |
| Total | <u>295.237</u> | <u>11.274</u> | <u>(28.593)</u> | <u>277.918</u> |

Informações adicionais sobre como a Companhia mensura a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber estão descritas na Nota explicativa nº 29.3.

6.3 Contas a receber de consumidores faturados

| 31/03/2019 | | | | |
|--------------------|----------------------------|---------------------------------|--|----------------|
| | Saldos a vencer | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total |
| Residencial | 42.610 | 107.435 | 38.379 | 188.424 |
| Industrial | 8.529 | 3.778 | 5.803 | 18.110 |
| Comercial | 34.763 | 23.230 | 13.406 | 71.399 |
| Rural | 4.428 | 4.318 | 4.834 | 13.580 |
| Poder público | 15.572 | 11.269 | 5.886 | 32.727 |
| Iluminação pública | 10.929 | 2.006 | 683 | 13.618 |
| Serviço público | 9.190 | 14.970 | 4.673 | 28.833 |
| | <u>126.021</u> | <u>167.006</u> | <u>73.664</u> | <u>366.691</u> |
| 31/12/2018 | | | | |
| | Saldos a vencer | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total |
| Residencial | 42.911 | 113.778 | 30.743 | 187.432 |
| Industrial | 9.470 | 3.319 | 5.247 | 18.036 |
| Comercial | 37.274 | 23.542 | 11.034 | 71.850 |
| Rural | 5.281 | 5.970 | 3.196 | 14.447 |
| Poder público | 13.222 | 8.834 | 3.709 | 25.765 |
| Iluminação pública | 11.412 | 152 | 666 | 12.230 |
| Serviço público | 9.231 | 4.489 | 3.141 | 16.861 |
| | <u>128.801</u> | <u>160.084</u> | <u>57.736</u> | <u>346.621</u> |

6.4 Parcelamentos

| 31/03/2019 | | | | |
|--------------------|----------------------------|---------------------------------|--|----------------|
| | Saldos a vencer | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total |
| Residencial | 88.354 | 8.655 | 6.710 | 103.719 |
| Industrial | 3.765 | 521 | 2.067 | 6.353 |
| Comercial | 36.689 | 4.988 | 3.453 | 45.130 |
| Rural | 4.232 | 533 | 3.503 | 8.268 |
| Poder público | 161.337 | 2.051 | 8.189 | 171.577 |
| Iluminação pública | 50.455 | 100 | 509 | 51.064 |
| Serviço público | 14.942 | 315 | 648 | 15.905 |
| | <u>359.774</u> | <u>17.163</u> | <u>25.079</u> | <u>402.016</u> |

| | 31/12/2018 | | | |
|-----------------------|----------------------------|---------------------------------|--|--------------|
| | Saldos a vencer | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | Total |
| Residencial | 92.216 | 8.661 | 5.664 | 106.541 |
| Industrial | 4.700 | 384 | 1.972 | 7.056 |
| Comercial | 40.501 | 2.367 | 3.340 | 46.208 |
| Rural | 4.885 | 492 | 3.318 | 8.695 |
| Poder público | 172.491 | 1.808 | 7.548 | 181.847 |
| Iluminação pública | 50.735 | 123 | 417 | 51.275 |
| Serviço público | 15.061 | 300 | 525 | 15.886 |
| Total do parcelamento | 380.589 | 14.135 | 22.784 | 417.508 |

7 Serviços pedidos

Refere-se aos custos apurados através de serviços executados para terceiros ou para a própria outorgada registrados através de Ordens de Serviço - ODS, custos referentes à retirada (baixa) de bem integrante do ativo imobilizado registrados através de Ordens de Desativação - ODD e custos de alienações de bens mediante a emissão de Ordens de Alienação - ODA, sendo os critérios para apuração desses custos estabelecidos e determinados pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSE.

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Desativações e alienações em curso (a) | 3.421 | 2.127 |
| Serviço próprio | 67.973 | 64.712 |
| Serviço próprio P&D e PEE (b) | 8.317 | 8.838 |
| Serviços prestados a terceiros (c) | 3.393 | 3.393 |
| Total serviços pedidos | 83.104 | 79.070 |

- (a) Desativação relativas à Unidade de Adição e Retirada - UAR, determinadas por motivos técnico operacionais e sinistros pelo sistema de ordem de desativação - ODD;
- (b) Consiste na aplicação de recursos em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica; e
- (c) Referem-se principalmente ao aumento da instalação e retirada de rede e ramal de serviço e financiamento de padrão a consumidores.

8 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, com a finalidade de permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2018 | Constituição | Atualização | Amortizações | 31/03/2019 |
|--|-----------------------|----------------------|---------------------|------------------------|-----------------------|
| Parcela A | | | | | |
| CDE - Conta de desenvolvimento energético (a) | 11.183 | (2.838) | 150 | (1.877) | 6.618 |
| PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica | (1.464) | 993 | 3.142 | (392) | 2.279 |
| Rede básica (b) | 25.785 | 2.530 | 353 | (7.209) | 21.459 |
| Compra de energia CVA (c) | 319.627 | 61.594 | 27.773 | (77.915) | 331.079 |
| ESS - Encargos do serviço do sistema (d) | <u>(78.672)</u> | <u>(15.140)</u> | <u>(1.119)</u> | <u>20.041</u> | <u>(74.890)</u> |
| | <u>276.459</u> | <u>47.139</u> | <u>30.299</u> | <u>(67.352)</u> | <u>286.545</u> |
| Itens financeiros | | | | | |
| Sobrecontratação de energia (e) | (30.302) | 7.293 | 295 | 20.112 | (2.602) |
| Neutralidade | 67.623 | 5.042 | 195 | (14.787) | 58.073 |
| CEPISA violação do limite de continuidade | (45) | - | 9 | 9 | (27) |
| Outros (f) | <u>164.869</u> | <u>(577)</u> | <u>(24.154)</u> | <u>(12.177)</u> | <u>127.961</u> |
| | <u>202.145</u> | <u>11.758</u> | <u>(23.655)</u> | <u>(6.843)</u> | <u>183.405</u> |
| Total | <u><u>478.604</u></u> | <u><u>58.897</u></u> | <u><u>6.644</u></u> | <u><u>(74.195)</u></u> | <u><u>469.950</u></u> |
| Ativo (passivo) | | | | | |
| Circulante | 238.738 | | | | 167.907 |
| Não circulante | 239.866 | | | | 302.043 |

- (a) Variação negativa em virtude da elevação dos valores homologados pela ANEEL a título de revisão orçamentária para pagamento no exercício de 2019 foram inferiores as tarifas de cobertura vigentes;
- (b) Variação positiva, com relação ao valor constituído no período, foi em virtude da elevação das tarifas impostas para pagamento dos custos serem superiores as tarifas de cobertura vigentes;
- (c) No período de três meses findo em 31 de março de 2019 houve o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD entre os submercados em relação ao Nordeste, que esteve com PLD próximo ao mínimo;
- (d) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do sistema. Na revisão tarifária periódica da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi maior que os custos efetivamente pagos, acrescido do recebimento de Receitas via Conta de Energia de Reserva, a CONER, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via passivo regulatório. Com isso, no período de três meses findo em 31 de março de 2019, a conta de ESS realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resultou em uma constituição passiva de R\$15.140;
- (e) No ano de 2019, devido a quantidade contratada ser superior a energia requerida, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot, sendo esta quantidade valorada ao PLD médio de R\$ 123,67 no exercício de 2019. Devido o PLD ser inferior ao PMIX da distribuidora resulta em uma constituição do passivo regulatório de sobrecontratação. Fator relevante no exercício de 2018 foi o efeito da contabilização de operações no mercado de curto prazo dos períodos de julho a outubro de 2017 recalculados pela CCEE na liquidação de janeiro/18 referente ao MCS D de Energia Nova; e

- (f) As movimentações das amortizações dos Ativos e Passivos Regulatórios estão diretamente relacionadas com financeiros recebidos no reajuste ou revisão tarifária e as receitas decorrentes da venda de energia. No reajuste do exercício 2018, foi recebido um montante de R\$ 302.380, um aumento de 364% se comparado com o reajuste 2017. Contribuíram para essa variação o financeiro do Diferimento da Parcela B e Perdas no valor R\$ 97.327 e os financeiros recebidos a título de Parcela A em torno de R\$ 182.373. Como consequência, no exercício de 2019, foi registrada uma despesa com amortização de R\$ 74.195. Nesse Reajuste registrou-se o passivo financeiro do Ressarcimento de P&D devolução pela União de valores que foram repassados às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou, em 26 de setembro de 2017, o resultado do reajuste tarifário anual de 2017 e fixou as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD desta Companhia. As novas tarifas com aumento de 27,63% tiveram sua vigência a partir de 28 de setembro de 2017, conforme REH nº 2.305/2017 - ANEEL. Tais tarifas foram prorrogadas até a realização do próximo processo tarifário da concessionária pela Resolução Homologatória nº 2.449/2018 - ANEEL, em 25 de setembro de 2018. A partir da assinatura do contrato de concessão pelo novo controlador, no mês de dezembro, a ANEEL apurou o índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Por meio da Resolução Homologatória nº 2.490, de 27 de novembro de 2018, homologou as novas tarifas que entraram em vigor no dia 02 de dezembro de 2018 com vigência até 01 de dezembro de 2019.

Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. As tarifas de aplicação da CEPISA foram reajustadas em média 12,64%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

9 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados conforme a seguir:

9.1 Impostos e contribuições a recuperar

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|--|----------------|----------------|
| Circulante | | |
| ICMS a recuperar (CIAP) (a) | 7.441 | 8.131 |
| PIS e COFINS | 4.279 | 3.829 |
| Outros | 358 | 1.096 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total circulante | 12.078 | 13.056 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Não circulante | | |
| ICMS a recuperar (CIAP) (a) | 7.885 | 7.885 |
| PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b) | 448.371 | 435.231 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total não circulante | 456.256 | 443.116 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total impostos e contribuições a recuperar | <u>468.334</u> | <u>456.172</u> |

- (a) A Companhia possui impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo imobilizado, apropriados à proporção de 1/48 avos; e
- (b) Ativo referente a PIS/COFINS baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, e suportado pelo transito e julgado na ação individual destas Companhias (vide nota explicativa nº 21).

9.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| IRRF sobre aplicação financeira | 2.235 | - |
| IRPJ/CSLL a restituir | 5.164 | - |
| IRRF/CSLL retido na fonte | 1.150 | - |
| Total impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | 8.549 | - |
| Não Circulante | | |
| IRRF sobre aplicação financeira | - | 885 |
| IRPJ/CSLL a restituir | - | 3.976 |
| IRRF/CSLL retido na fonte | - | 950 |
| Total impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar | - | 5.811 |

10 Outros créditos a receber

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Valores a recuperar de empregados | 5.110 | 4.809 |
| Créditos em conta de energia elétrica | 3.047 | 3.737 |
| Despesas pagas antecipadamente | 2.436 | 2.436 |
| Subvenção descontos tarifários (a) | 20.463 | 25.559 |
| Outros créditos a receber | 9.470 | 5.237 |
| Total Circulante | 40.526 | 41.778 |
| Não circulante | | |
| Outros créditos a receber | 1.859 | 1.766 |
| Total não circulante | 1.859 | 1.766 |
| Total outros créditos a receber | 42.385 | 43.544 |

- (a) Referem-se aos valores de subsídio CCEE conforme Nota Técnica da ANEEL nº 226 de 26 de julho de 2017.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 7.000, conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de março de 2019.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 paga pela Companhia no período:

| | Conselho de Administração | % | Diretoria Estatutária | % | Total |
|--------------------------------------|--------------------------------------|-------------|----------------------------------|-------------|--------------|
| Números de membros | 4 | | 6 | | 10 |
| Remuneração fixa anual | 632 | 98% | 1.698 | 100% | 2.330 |
| Salário ou Pró-labore | 632 | 98% | 1.678 | 99% | 2.310 |
| Benefícios diretos e indiretos | - | - | 20 | 1% | 20 |
| Benefícios pós emprego | 15 | 2% | - | - | 15 |
| Valor total da remuneração por órgão | <u>647</u> | <u>100%</u> | <u>1.698</u> | <u>100%</u> | <u>2.345</u> |

12 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação, e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão conforme a seguir demonstrada:

| | 31/12/2018 | Adições | Baixas | Reclassificação | 31/03/2019 |
|-------------------------------------|-------------------|----------------|---------------|------------------------|-------------------|
| Ativo financeiro | 11.017 | - | - | - | 11.017 |
| Obrigações especiais (a) | (3) | - | - | - | (3) |
| Obrigações especiais em curso | 1 | - | - | - | 1 |
| Total ativo financeiro da concessão | <u>11.015</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>11.015</u> |

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber: i) Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e ii) Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da ANEEL.

13 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

| 31/03/2019 | | | | | |
|-------------------|--|------------------|--------------------|--|----------------------|
| | Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%) | Custo | Amortização | (-) Obrigações Vinculadas à Concessão | Valor líquido |
| Em serviço | 4,03% | 1.604.599 | (309.788) | (513.312) | 781.499 |
| Total intangível | | <u>1.604.599</u> | <u>(309.788)</u> | <u>(513.312)</u> | <u>781.499</u> |
| 31/12/2018 | | | | | |
| | Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%) | Custo | Amortização | (-) Obrigações Vinculadas à Concessão | Valor líquido |
| Em serviço | 4,34% | 1.612.830 | (297.343) | (520.354) | 795.133 |
| Total intangível | | <u>1.612.830</u> | <u>(297.343)</u> | <u>(520.354)</u> | <u>795.133</u> |

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até outubro de 2048, conforme ICPC 01(R1). Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

Movimentação do ativo intangível

| | 31/12/2018 | Adições | Reclassificação | 31/03/2019 |
|-------------------------------------|-------------------|-----------------|------------------------|-------------------|
| Em serviço | 1.612.830 | - | (8.231) | 1.604.599 |
| (-) Amortização | <u>(297.343)</u> | <u>(13.634)</u> | <u>1.189</u> | <u>(309.788)</u> |
| Total em serviço | <u>1.315.487</u> | <u>(13.634)</u> | <u>(7.042)</u> | <u>1.294.811</u> |
| Obrigações especiais em serviço (a) | (726.023) | - | - | (726.023) |
| (-) Amortização | <u>205.669</u> | <u>-</u> | <u>7.042</u> | <u>212.711</u> |
| Total em obrigações especiais | <u>(520.354)</u> | <u>-</u> | <u>7.042</u> | <u>(513.312)</u> |
| Total | <u>795.133</u> | <u>(13.634)</u> | <u>-</u> | <u>781.499</u> |

- (a) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

14 Ativos contratuais

O ativo de contrato está constituído conforme a seguir demonstrado:

| | <u>31/03/2019</u> | | |
|------------------|-------------------|---|----------------|
| | Custo | (-) Obrigações Vinculadas à Concessão | Valor líquido |
| Ativo Contratual | 496.808 | (212.375) | 284.433 |
| Total | <u>496.808</u> | <u>(212.375)</u> | <u>284.433</u> |
| | <u>31/12/2018</u> | | |
| | Custo | (-) Obrigações Vinculadas à Concessão | Valor líquido |
| Ativo Contratual | 456.031 | (206.627) | 249.404 |
| Total | <u>456.031</u> | <u>(206.627)</u> | <u>249.404</u> |

Movimentação do ativo de contrato

| | 31/12/2018 | Adições | Baixa | Reclassificação | 31/03/2019 |
|-------------------------------|----------------|---------------|--------------|-----------------|----------------|
| Ativo contratual | 456.031 | 39.445 | (105) | 1.437 | 496.808 |
| Total do ativo contratual | 456.031 | 39.445 | (105) | 1.437 | 496.808 |
| Obrigações especiais | (206.627) | (5.748) | - | - | (212.375) |
| Total em obrigações especiais | (206.627) | (5.748) | - | - | (212.375) |
| Total | <u>249.404</u> | <u>33.697</u> | <u>(105)</u> | <u>1.437</u> | <u>284.433</u> |

15 Fornecedores

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Suprimento de energia elétrica (a) | 177.894 | 127.358 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 18.835 | 17.058 |
| Materiais e serviços | 143.845 | 250.654 |
| Aquisição de combustível | 697 | 697 |
| Repasse de energia livre | 18.395 | 18.112 |
| Total fornecedores | <u>359.666</u> | <u>413.879</u> |

- (a) No período de três meses findo em 31 de março de 2019, houve o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado. As despesas com os contratos de Energia tiveram preço médio maior em relação a dezembro de 2018, em virtude de uma maior despesa com a parcela variável das térmicas.

16 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo

| <u>31/03/2019</u> | | | | | |
|------------------------------------|---------------------------------------|-----------------|-------------------|-----------------------|--------------|
| <u>Principal e encargos</u> | | | | | |
| | Custo médio da dívida (% a.a.) | Garantia | Circulante | Não circulante | Total |
| Moeda estrangeira (USD) | | | | | |
| Morgan | 5,19% | - | 307 | 13.109 | 13.416 |
| Total moeda estrangeira | 5,19% | - | 307 | 13.109 | 13.416 |
| Moeda nacional | | | | | |
| Eletrobras | 7,71% | Recebíveis | 873.971 | 1.006.168 | 1.880.139 |
| CCEE/RGR/ANEEL | 5,00% | Caução | - | 1.018.527 | 1.018.527 |
| Caixa Econômica Federal | 7,00% | Recebíveis | 5.326 | 33.690 | 39.016 |
| Subtotal | 6,76% | | 879.297 | 2.058.385 | 2.937.682 |
| (-) Ajuste a valor presente | | | - | (663.713) | (663.713) |
| Total moeda nacional | 8,73% | | 879.297 | 1.394.672 | 2.273.969 |
| Total empréstimos e financiamentos | 8,71% | | 879.604 | 1.407.781 | 2.287.385 |
| <u>31/12/2018</u> | | | | | |
| <u>Principal e encargos</u> | | | | | |
| | Custo médio da dívida (% a.a.) | Garantia | Circulante | Não circulante | Total |
| Moeda estrangeira (USD) | | | | | |
| Morgan | 5,27% | - | 137 | 12.895 | 13.032 |
| Total moeda estrangeira | 5,27% | - | 137 | 12.895 | 13.032 |
| Moeda nacional | | | | | |
| Eletrobras | 7,64% | Recebíveis | 1.028.102 | 1.035.182 | 2.063.284 |
| CCEE/RGR/ANEEL | 5,00% | Caução | 154 | 1.006.178 | 1.006.332 |
| Caixa Econômica Federal | 7,00% | Recebíveis | 5.329 | 35.003 | 40.332 |
| Subtotal | 6,78% | | 1.033.585 | 2.076.363 | 3.109.948 |
| (-) Ajuste a valor presente | | | - | (669.319) | (669.319) |
| Total moeda nacional | 8,36% | | 1.033.585 | 1.407.044 | 2.440.629 |
| Total empréstimos e financiamentos | 8,34% | | 1.033.722 | 1.419.939 | 2.453.661 |

Em 31 de março de 2019 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 8,71% a.a., equivalente a 137,38% do CDI (de 8,34 % a.a., equivalente a 106,78% do CDI, em 31 de dezembro de 2018).

Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

| Vencimento | 31/03/2019 | |
|--|-------------------|----------|
| | Valor | % |
| Circulante | 879.604 | 38% |
| 2020 | 252.169 | 11% |
| 2021 | 303.228 | 13% |
| 2022 | 173.101 | 8% |
| 2023 | 135.455 | 6% |
| Após 2023 | 1.207.541 | 53% |
| Subtotal | 2.071.494 | 91% |
| Ajuste a valor presente (Não circulante) | (663.713) | (29%) |
| Não circulante | 1.407.781 | 62% |
| Total | 2.287.385 | 100% |

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

| | Moeda Nacional | | Moeda estrangeira (USD) | | Total |
|----------------------------------|---------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------|
| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 1.033.585 | 1.407.044 | 137 | 12.895 | 2.453.661 |
| Encargos | 46.041 | 12.348 | 170 | - | 58.559 |
| Variação monetária e cambial | 1 | 1.687 | - | 214 | 1.902 |
| Transferências | 26.407 | (26.407) | - | - | - |
| Amortizações de principal | (171.020) | - | - | - | (171.020) |
| Pagamentos de juros | (61.323) | - | - | - | (61.323) |
| Ajuste a valor presente | 5.606 | - | - | - | 5.606 |
| Saldos em 31 de março de 2019 | 879.297 | 1.394.672 | 307 | 13.109 | 2.287.385 |

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da comunicação feita pela Eletrobras neste sentido, a Companhia não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na rescisão do contrato e conseqüente vencimento antecipado das dívidas.

A Companhia vincula a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, a satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura de alguns contratos. Durante o prazo de vigência dos mesmos e/ou até que os saldos devedores decorrentes destes instrumentos estejam totalmente quitados, a garantia pactuada poderá ser, a critério da Controladora, objeto de revisão, complementação ou substituição, com o que a Companhia se compromete a atender a notificação da Eletrobras, neste sentido, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento, sob pena de vencimento antecipado da totalidade da dívida.

Em 31 de março de 2019 não há descumprimento da Companhia em relação a essas cláusulas.

17 Debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

| | Passivo circulante | Passivo não circulante | Total |
|----------------------------------|-----------------------|---------------------------|---------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 324 | 400.000 | 400.324 |
| Encargos | 6.627 | - | 6.627 |
| Saldos em 31 de março de 2019 | 6.951 | 400.000 | 406.951 |

Primeira emissão de debêntures

Em 26 de dezembro de 2018, realizou-se a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 400.000, dividido em 400.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1, com prazo de vencimento de 03 anos contados da data de emissão, sendo o valor unitário acrescido de juros remuneratórios correspondentes a 109,75% da variação acumulada da taxa DI. Em 31 de março de 2019 o saldo das debêntures é R\$ 406.951 (R\$ 400.324 em 31 de dezembro de 2018).

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

| | <u>31/03/2019</u> | |
|----------------------|-------------------|------|
| | Valor | % |
| Vencimento | | |
| Circulante | 6.951 | 2% |
| 2021 | 400.000 | 98% |
| Total não circulante | 400.000 | 98% |
| Total debêntures | 406.951 | 100% |

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

18 Impostos e contribuições a recolher

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|-------------------------------|-----------------------|----------------------|
| Circulante | | |
| ICMS (a) | 58.857 | 16.737 |
| Parcelamento Federal PRT | 5.791 | 17.366 |
| PIS e COFINS | 10.864 | 7.535 |
| Encargos sociais e outros | 13.154 | 17.746 |
| ISS | 2.631 | 2.985 |
| PIS e COFINS parcelamento (b) | <u>19.131</u> | <u>18.864</u> |
| Total circulante | <u><u>110.428</u></u> | <u><u>81.233</u></u> |
| Não circulante | | |
| FGTS parcelamento | 2.937 | 2.948 |
| PIS e COFINS parcelamento (b) | <u>52.044</u> | <u>56.026</u> |
| Total não circulante | <u><u>54.981</u></u> | <u><u>58.974</u></u> |

- (a) Em dezembro de 2018, houve antecipação de pagamento de R\$ 38.118 de ICMS, conforme Decreto nº18.024/2018; e
- (b) Realização de parcelamento simplificado em março/2018 de PIS/COFINS, conforme Lei nº 10.522/2002.

18.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Em consequência dos sucessivos prejuízos apresentados nos exercícios anteriores, a Companhia possui base negativa e prejuízo fiscal acumulado até 2018 no montante de R\$ 1.486.937 e R\$ 1.568.658, respectivamente, a compensar com lucros tributáveis futuros, cujos valores de imposto e contribuição diferidos não estão contabilizados devido à incerteza de sua realização.

A apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: (i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício de modernização total, obtido junto à SUDENE, válido até 2027; e (ii) compensação de prejuízos fiscais acumulados. Cabe ressaltar que, com exceção do item (ii), todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 31 de março de 2019 e de 2018, está demonstrada conforme a seguir:

| | 31/03/2019 | | 31/03/2018 | |
|---|-----------------|----------------|------------------|------------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) | 8.805 | 8.805 | (236.882) | (236.882) |
| Alíquota fiscal | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Pela alíquota fiscal | 2.201 | 792 | (59.221) | (21.319) |
| Adições: | | | | |
| Provisão para contingências | 1.749 | 630 | 30.677 | 11.044 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 2.819 | 1.015 | 21.173 | 7.622 |
| Ajuste a valor presente | 1.402 | 505 | - | - |
| Perdas não técnicas | 6.759 | 2.433 | 5.609 | 2.019 |
| Participação nos lucros, honorários e licença prêmio | 996 | 359 | - | - |
| Multas e penalidades por infrações | 696 | 251 | 874 | 315 |
| Outras provisões | 2 | - | 4 | 1 |
| | <u>14.423</u> | <u>5.193</u> | <u>58.337</u> | <u>21.001</u> |
| Exclusões: | | | | |
| Provisão para contingências | (7.516) | (2.706) | - | - |
| Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber | - | - | (3.121) | (1.124) |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (7.149) | (2.574) | (2.239) | (806) |
| Participação nos lucros, honorários e licença prêmio | - | - | (2.993) | (1.077) |
| Reversão de outras provisões | (2.176) | (784) | - | - |
| | <u>(16.841)</u> | <u>(6.064)</u> | <u>(8.353)</u> | <u>(3.007)</u> |
| Base negativa de IRPJ e CSLL | <u>(217)</u> | <u>(79)</u> | <u>(9.237)</u> | <u>(3.325)</u> |

19 Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. Em contrapartida aos lançamentos efetuados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado como dedução da receita operacional.

A Companhia utiliza a taxa SELIC para efetuar a atualização dos saldos acumulados não aplicados de curto e longo prazo, conforme determina o manual da ANEEL.

| Distribuição do recurso | Percentual de distribuição da | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|---------------|---------------|
| | ROL ¹ | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
| Programa de eficiência energética | 0,4% | 58.713 | 55.989 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 0,2% | 27.794 | 27.102 |
| FNDCT | 0,2% | 768 | 644 |
| MME | 0,1% | 383 | 321 |
| PROCEL | 0,1% | 2.405 | 3.080 |
| Total | | <u>90.063</u> | <u>87.136</u> |
| Circulante | | 48.161 | 45.859 |
| Não circulante | | 41.902 | 41.277 |

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no período seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

20 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

| | 31/03/2019 | | 31/12/2018 | |
|--|----------------|---------------------|----------------|---------------------|
| | Provisão | Depósitos judiciais | Provisão | Depósitos judiciais |
| Cíveis | 169.654 | 16.975 | 186.994 | 13.314 |
| Fiscais | 10 | - | 10 | - |
| Trabalhistas | 120.674 | 20.181 | 126.400 | 19.157 |
| Total contingências/ depósitos judiciais | <u>290.338</u> | <u>37.156</u> | <u>313.404</u> | <u>32.471</u> |

Movimentação dos processos no período

| | 31/12/2018 | | 31/03/2019 | | | |
|---------------------|----------------|--------------|-----------------|--------------------------|-----------------|----------------|
| | Saldo inicial | Adições | Utilização (1) | Reversão de provisão (2) | Atualização (3) | Saldo final |
| Cíveis | 186.994 | 366 | (14.043) | (4.842) | 1.179 | 169.654 |
| Fiscais | 10 | - | - | - | - | 10 |
| Trabalhistas | 126.400 | 6.955 | (9.132) | (4.463) | 914 | 120.674 |
| Total contingências | <u>313.404</u> | <u>7.321</u> | <u>(23.175)</u> | <u>(9.305)</u> | <u>2.093</u> | <u>290.338</u> |

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

¹ A Receita Operacional Líquida – ROL utilizada refere-se à regulatória.

- (2) Reversões realizadas no período; e
 (3) Atualizações monetárias.

Cíveis

A Companhia figura como ré em 15.335 processos cíveis em 31 de março de 2019 (15.435 processos em 31 de dezembro de 2018), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2019 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 880.836 (R\$ 880.836 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foi constituída provisão.

| Contingências cíveis (prognóstico provável de perda) | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Falha no fornecimento | 4.807 | 7.395 |
| Morte por eletroplessão | 12.308 | 13.896 |
| Cobrança indevida | 48.434 | 50.241 |
| Fraude questionada | 3.791 | 3.736 |
| Corte indevido | 810 | 962 |
| Acidente com terceiros | 17.767 | 20.326 |
| Falha no atendimento | 50.529 | 64.220 |
| Quebra de contrato | 20.646 | 21.341 |
| Outras | 10.562 | 4.877 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total | 169.654 | 186.994 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Contingências cíveis (prognóstico possível de perda) | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
| Falha no fornecimento | 121.907 | 121.907 |
| Morte por eletroplessão | 11 | 11 |
| Cobrança indevida | 136.183 | 136.183 |
| Fraude questionada | 148.240 | 148.240 |
| Corte indevido | 48.395 | 48.395 |
| Acidente com terceiros | 21.658 | 21.658 |
| Falha no atendimento | 159.087 | 159.087 |
| Quebra de contrato | 53.393 | 53.392 |
| Outras | 191.962 | 191.963 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total | 880.836 | 880.836 |
| | <hr/> | <hr/> |

Fiscais

A Companhia figura como ré em 95 processos fiscais em 31 de março de 2019 (95 processos em 31 de dezembro de 2018), no entanto, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$ 37.988 (R\$ 37.929 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Contribuição Social de Iluminação Pública, repasse de PIS/COFINS na fatura. Na esfera fiscal há processos discutindo incidência ou não do ICMS sobre a TUST e TUSD, classificados com perda remota.

| Contingências fiscais (prognóstico provável de perda) | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| ICMS | 4 | 4 |
| Outras | 6 | 6 |
| Total | 10 | 10 |

| Contingências fiscais (prognóstico possível de perda) | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| ICMS | 303 | - |
| Repasse PIS/COFINS na fatura | 410 | 303 |
| CIP | 58 | 410 |
| Débito tributário | 35.468 | 35.468 |
| Outras | 1.749 | 1.748 |
| Total | 37.988 | 37.929 |

Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de março de 2019 é composto por 2.692 reclamações ajuizadas (3.035 reclamações em 31 de dezembro de 2018) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2019 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 130.639 (R\$ 130.639 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foram constituídas provisões.

| Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda) | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Responsabilidade subsidiária | 33.663 | 33.822 |
| Outras | 26.683 | 28.606 |
| Implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários | 22.188 | 25.880 |
| Acidente de trabalho | 10.844 | 11.427 |
| Hora extra | 7.938 | 8.135 |
| Gratificação | 4.515 | 4.540 |
| Jornada de trabalho | 4.219 | 4.324 |
| Terceirização | 1.985 | 2.002 |
| Penosidade | 1.563 | 1.571 |
| Auxílio alimentação | 1.345 | 1.366 |
| Periculosidade | 1.279 | 1.136 |
| Plano de saúde | 1.185 | 1.263 |
| Desligamento voluntário | 1.031 | 1.043 |
| Reintegração no emprego | 774 | 3 |
| Verbas rescisórias | 613 | 628 |
| Danos Morais | 329 | 331 |
| Equiparação salarial | 293 | 295 |
| Justa causa | 199 | - |
| Doença ocupacional/profissional | 28 | 28 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total | <u>120.674</u> | <u>126.400</u> |

| Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda) | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Responsabilidade subsidiária | 45.203 | 45.203 |
| Outras | 29.332 | 29.332 |
| Implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários | 7.551 | 7.551 |
| Acidente de trabalho | 14.124 | 14.124 |
| Hora extra | 2.024 | 2.024 |
| Processo administrativo disciplinar | 6.594 | 6.594 |
| FGTS | 3.934 | 3.934 |
| Justa causa | 1.779 | 1.779 |
| Periculosidade | 575 | 575 |
| Plano de saúde | 8.095 | 8.095 |
| Desligamento voluntário | 4.661 | 4.661 |
| Verbas rescisórias | 4.961 | 4.961 |
| Danos morais | 560 | 560 |
| Doença ocupacional/profissional | 1.246 | 1.246 |
| | <hr/> | <hr/> |
| Total | <u>130.639</u> | <u>130.639</u> |

22 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 435.231, passivo de R\$ 418.741 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, R\$ 8.227 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R\$ 8.263 como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R\$ 384. Em 31 de março de 2019, a Companhia efetuou complemento dos saldos constituídos devido ao ICMS excluído da base de cálculo de PIS/COFINS no 1º trimestre de 2019, bem como à sua atualização: ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 13.140, passivo de R\$ 13.055 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, R\$ 0 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R\$ 85 como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R\$ 4.

O ativo contempla créditos com a receita federal desde o ingresso da ação, e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito e eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL, em uma expectativa de prazo de aproximadamente 46 meses.

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------|---------------|
| Ativo | | |
| PIS/COFINS consumidores a restituir | 448.371 | 435.231 |
| Passivo | | |
| PIS/COFINS consumidores a restituir | 431.796 | 418.741 |
| Resultado | | |
| (+) Deduções da receita | | |
| PIS/COFINS consumidores a restituir | - | 8.227 |
| (+) Receita financeira | | |
| PIS/COFINS consumidores a restituir | 85 | 8.263 |
| (-) PIS/COFINS sobre a receita financeira | (4) | (384) |
| Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 81 | 16.106 |

23 Outras contas a pagar

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Devolução a consumidores (a) | 8.978 | 5.995 |
| ANEEL - autos de infração (b) | 13.542 | 13.646 |
| Acordo Prefeitura de Teresina (c) | 32.700 | 32.700 |
| Outras contas a pagar | 1.336 | 10.397 |
| Total circulante | 56.556 | 62.738 |
| Não circulante | | |
| ANEEL - autos de infração (b) | 11.706 | 11.689 |
| Acordo Prefeitura de Teresina (c) | 36.251 | 44.260 |
| Outras contas a pagar | 7.521 | 16.227 |
| Total não circulante | 55.478 | 72.176 |
| Total outras contas a pagar | 112.034 | 134.914 |

- (a) Destina-se a créditos de consumidores referentes a devoluções diversas como créditos a pagar violação nível de tensão, pagamentos a maiores, valores faturadas a maiores, cobranças indevidas nas faturas;
- (b) Valores provisionados referentes à aplicação de penalidades pela ANEEL pela aplicação do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta nº 015/2010, quanto à apuração, informação e pagamento de compensações eventualmente devidas dos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC; bem como valores referentes ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários para parcelamento dos autos de infração n.º 0035/2016 - SFE - ANEEL e n.º 0050/2016 - SFF - ANEEL, com entrada de 20% do valor da dívida consolidada em 25/07/2017 e saldo dividido em 239 parcelas que estão sendo pagas desde janeiro/2018; e
- (c) Acordo extrajudicial firmado com o Município de Teresina-PI, objetivando por termo à ação judicial - Processo nº 0001536-70.2004.4.01.4000, no qual a Companhia havia perdido em primeira e segunda instância no âmbito da Justiça Federal e, declararam e reconheceram as partes acordantes o montante de R\$ 94.470 a ser compensado, mensalmente, com as faturas de energia elétrica do citado município até a integral quitação do débito.

24 Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito em 31 de março de 2019 é de R\$ 1.994.414 (R\$ 1.993.713 em 31 de dezembro de 2018) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

| | 31/03/2019 | | | |
|--------------------|----------------------|------------------------|----------------------|----------------|
| | Ações ordinárias | Ações preferenciais | Total | % |
| Acionistas | | | | |
| Equatorial Energia | 1.247.054.404 | 58.707.541 | 1.305.761.945 | 94,47% |
| Minoritários | 72.551.797 | 3.829.138 | 76.380.935 | 5,53% |
| Total | 1.319.606.201 | 62.536.679 | 1.382.142.880 | 100,00% |

As ações ordinárias conferem direito de voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas, na proporção de um voto por ação, ou o direito ao voto múltiplo, nos casos e na forma previstos em lei.

As ações preferenciais não têm direito de voto na assembleia geral de acionistas e gozarão de prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. As ações preferenciais adquirirão o direito de voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, não pagar os dividendos, direito que conservarão até o pagamento.

A modelagem de venda aprovada pela Resolução CPPI nº 20/2017 prevê no art. 3º que a Eletrobras deverá, previamente à efetivação da transferência do controle acionário, realizar ajustes na distribuidora mediante conversão de dívida em capital social ou assunção de dívidas da distribuidora junto à Eletrobras e/ou terceiros. No caso desta Companhia, o valor do ajuste é de R\$ 50.

Em 26 de julho de 2018, foi realizado o Leilão nº 2/2018 - PPI/PND, promovido pelo BNDES, onde foi alienado, pela Eletrobras, o controle acionário desta Companhia. Dessa forma, a Eletrobras realizou, em 26 de setembro de 2018, o aumento de capital mediante a capitalização dos créditos decorrentes do saldo devedor dos financiamentos concedidos com recursos ordinários do contrato ECF 2834/2010. O referido aumento ocorreu mediante a emissão de 30.612 ações.

Em observância ao disposto no Edital do Leilão nº 2/2018-PPI/PND (“Edital”), Subseção I, Item 1.7, foram ofertadas ações da Distribuidora aos Empregados e Aposentados, conforme estabelecido no Anexo 9 do Edital - Manual de Oferta aos Empregados e Aposentados.

Durante o prazo para exercício do direito de preferência (iniciado em 27 de dezembro de 2018, data de publicação do aviso aos acionistas correspondente, e encerrado em 28 de janeiro de 2019) foram subscritas 602.857.959 ações, sendo 575.441.354 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 27.416.605 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal no montante total de R\$ 721.582.

Findo o prazo para exercício do direito de preferência, foi constatada a existência de sobras de ações não subscritas, sendo então garantido aos acionistas subscritores que solicitaram, no ato da subscrição, a reserva de sobras durante o período do exercício do direito de preferência, a possibilidade de subscrever sobras de ações na mesma proporção dos direitos de preferência à subscrição de ações que efetiva e tempestivamente houverem exercido.

Durante o prazo para subscrição de sobras de ações (iniciado em 11 de fevereiro de 2019, inclusive, e encerrado em 18 de fevereiro de 2019, inclusive), foram subscritas 5.868 ações, sendo 1.395 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 4.473 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 7.

Findo o prazo para subscrição de sobras de ações, foi constatado que alguns acionistas subscritores solicitaram, no ato da subscrição das sobras, uma quantidade adicional de sobras de ações não subscritas, sendo então garantido aos acionistas subscritores que as solicitaram, a possibilidade de subscrever sobras adicionais, limitada ao número total de ações não subscritas. Durante o prazo para subscrição de sobras adicionais de ações (iniciado em 27 de fevereiro de 2019, inclusive, e encerrado em 1º de março de 2019, inclusive), foram subscritas 24.889 ações, sendo 2.885 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 22.004 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 30.

Durante o prazo para exercício do direito de preferência, de subscrição de sobras e de subscrição de sobras adicionais, foi subscrito um total de 602.888.716 novas ações, sendo 575.445.634 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 27.443.082 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal no valor total de R\$ 721.619.

As ações não subscritas pelos empregados e aposentados, foram subscritas pela Equatorial Energia, refletindo no aumento do capital social da Companhia Energética do Piauí, que passou de R\$ 1.272.797, dividido em 779.254.164 ações, sendo 744.160.567 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 35.093.597 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, para R\$ 1.994.414, dividido em 1.382.142.880 ações, sendo 1.319.606.201 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 62.536.679 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social, independentemente de reforma estatutária, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000 e o capital subscrito e integralizado é de R\$ 1.994.414, correspondendo a um total de 1.382.142.880 ações, divididas em 1.319.606.201 ações ordinárias e 62.536.679 ações preferenciais.

As ações são consideradas indivisíveis e a cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias. Às ações preferenciais não cabe direito a voto.

As ações preferenciais gozarão de prioridade na distribuição de dividendos e no recebimento de dividendos anuais no montante equivalente no mínimo a 10% (dez por cento) calculados sobre o valor da parcela de capital por elas representado; e prioridade por reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia.

25 Receita operacional

Em 31 de março de 2019 e 2018, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

| | <u>31/03/2019</u> | | |
|--|-----------------------|----------------|----------------|
| | Nº de consumidores | MWh | R\$ |
| Residencial (a) | 775.420 | 410.770 | 259.264 |
| Industrial | 2.997 | 34.192 | 23.245 |
| Comercial | 92.508 | 177.087 | 119.497 |
| Rural | 34.545 | 32.326 | 15.729 |
| Poder público | 16.300 | 55.919 | 33.255 |
| Iluminação pública | 555 | 52.706 | 21.916 |
| Serviço público | 6.897 | 43.393 | 22.870 |
| Consumo próprio | 141 | 431 | - |
| Receita pela disponibilidade - Uso da rede | 15 | 52.467 | 140.990 |
| Suprimento CCEE | - | - | 45.681 |
| Baixa renda | 349.175 | - | 23.791 |
| Subvenção CDE - Outros | - | - | 15.525 |
| Transferência para obrigações especiais | | | |
| - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos | - | - | (3.188) |
| Receita de construção | - | - | 33.697 |
| Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros | - | - | (15.119) |
| Outras | - | - | 5.323 |
| | <u>1.278.553</u> | <u>859.291</u> | <u>742.476</u> |
| Total receita operacional | <u>1.278.553</u> | <u>859.291</u> | <u>742.476</u> |

| | 31/03/2018 | | |
|---|-------------------------------|----------------|----------------|
| | Nº de consumidores | MWh | R\$ |
| Residencial (a) | 831.621 | 406.679 | 207.973 |
| Industrial | 3.167 | 41.580 | 19.212 |
| Comercial | 93.218 | 176.482 | 97.778 |
| Rural | 33.881 | 34.066 | 12.830 |
| Poder público | 16.206 | 55.620 | 26.648 |
| Iluminação pública | 473 | 48.332 | 16.208 |
| Serviço público | 6.424 | 39.592 | 16.799 |
| Consumo próprio | 147 | 914 | - |
| Receita pela disponibilidade - Uso da rede | 13 | 46.851 | 124.201 |
| Suprimento CCEE | - | - | 11.587 |
| Baixa renda | 288.824 | - | 18.721 |
| Subvenção CDE - Outros | - | - | 9.507 |
| Transferência para obrigações especiais | | | |
| - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos | - | - | (2.612) |
| Receita de construção | - | - | 29.230 |
| Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros | - | - | 8.254 |
| Outras | - | - | 22.050 |
| | <u>1.273.974</u> | <u>850.116</u> | <u>618.386</u> |
| Total receita operacional | <u>1.273.974</u> | <u>850.116</u> | <u>618.386</u> |

- (a) Em função da mudança de controle acionário, ocorrida em outubro de 2018, novas práticas na área comercial foram adotadas pela Companhia quanto à quantidade de consumidores em sua base de faturamento. A partir de janeiro de 2019 passaram a ser contados apenas os clientes com faturamento ativo no mês, desconsiderando, portanto, aqueles cujo fornecimento esteja suspenso por inadimplência.

26 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Fornecimento de energia elétrica | 516.785 | 445.813 |
| Receita de distribuição | 516.172 | 413.557 |
| Remuneração financeira WACC | 207 | 14.495 |
| Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a) | (15.119) | 8.254 |
| Subvenção CDE - Outros | 15.525 | 9.507 |
| Suprimento de energia elétrica (b) | 45.681 | 11.587 |
| Receita pela disponibilidade - uso da rede (c) | 140.990 | 124.201 |
| Receita de construção | 33.697 | 29.230 |
| Outras receitas | 5.323 | 7.555 |
| Receita operacional bruta | 742.476 | 618.386 |
| Deduções da receita | | |
| ICMS sobre venda de energia elétrica (d) | (157.645) | (134.064) |
| PIS e COFINS (d) | (55.933) | (54.497) |
| Encargos do consumidor | (4.997) | (3.758) |
| ISS | (92) | (5) |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE | (29.975) | (20.443) |
| Penalidades DIC/FIC e outras | (2.603) | (415) |
| Deduções da receita operacional | (251.245) | (213.182) |
| Receita operacional líquida | 491.231 | 405.204 |

- (a) Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros sofreu uma redução de R\$ 39.797. Contribuiu para essa redução o aumento de R\$ 36.931 nas despesas de amortizações quando comparados com o mesmo período de 2018, que são diretamente influenciadas pelos reajustes e revisões tarifárias;
- (b) Variação devida, principalmente, pela venda de energia em operação exclusiva para designadas através do MCSD;
- (c) A variação refere-se às operações de venda de energia no MCP e do Preço de Liquidação das diferenças - PLD. Ressalta-se que no trimestre, o PLD atingiu o patamar de R\$ 163,41 no mês de fevereiro. No mês de janeiro foi o período em que se operacionalizou maior volume de venda no mercado no MCP (mercado de curto prazo); e
- (d) Reflexo do reajuste tarifário de dezembro de 2018 (Resolução Homologatória nº 2.490, de 27 de novembro de 2018).

27 Custo do serviço e despesas operacionais

| 31/03/2019 | | | | | |
|---|---|---------------------------|----------------------------------|--|----------------|
| | Custo do serviço de energia elétrica | Despesas com vendas | Despesas adminis- trativas | Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber | Total |
| Custos/despesas operacionais | | | | | |
| Pessoal | 13.013 | 5.994 | 22.947 | - | 41.954 |
| Material | 180 | 14 | 1.211 | - | 1.405 |
| Serviços de terceiros | 2.042 | 2.449 | 9.668 | - | 14.159 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 293.720 | - | | - | 293.720 |
| Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição | 38.899 | - | | - | 38.899 |
| Custo de construção | 33.697 | - | | - | 33.697 |
| Perda esperada por redução ao valor recuperável | - | - | - | 11.561 | 11.561 |
| Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas | - | - | (2.307) | - | (2.307) |
| Amortização | 12.850 | - | 784 | - | 13.634 |
| Arrendamento e aluguéis | 2.327 | 125 | (720) | - | 1.732 |
| Outros | (1.225) | 1.173 | (7.852) | - | (7.904) |
| | 395.503 | 9.755 | 23.731 | 11.561 | 440.550 |
| Total | 395.503 | 9.755 | 23.731 | 11.561 | 440.550 |

| 31/03/2018 | | | | | |
|--|---|----------------------------|---------------------------------|--|----------------|
| Custos/despesas operacionais | Custo do serviço de energia elétrica | Despesas com vendas | Despesas administrativas | Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber | Total |
| Pessoal | 46.554 | 4.766 | 10.493 | - | 61.813 |
| Material | 493 | 116 | 1.281 | - | 1.890 |
| Serviços de terceiros | 10.458 | 2.542 | 7.427 | - | 20.427 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 211.145 | - | - | - | 211.145 |
| Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição | 55.754 | - | - | - | 55.754 |
| Custo de construção | 29.230 | - | - | - | 29.230 |
| Perda esperada por redução ao valor recuperável | - | - | - | 99.681 | 99.681 |
| Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas (a) | - | - | 118.924 | - | 118.924 |
| Amortização | 12.693 | - | 662 | - | 13.355 |
| Arrendamento e aluguéis | 1.665 | 20 | 467 | - | 2.152 |
| Outros | 2.611 | 749 | (12.221) | - | (8.861) |
| Total | 370.603 | 8.193 | 127.033 | 99.681 | 605.510 |

- (a) No período de três meses findo em 31 de março de 2018 foi provisionado o montante de R\$ 79.100 referente ao processo da Prefeitura Municipal de Teresina, relativo a contingências fiscais. Ver detalhes na nota explicativa nº 22 - Outras Contas a pagar.

28 Energia elétrica comprada para revenda

| | GWh | | R\$ | |
|--|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | 31/03/2019 | 31/03/2018 | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
| Energia de leilão (a) | 875 | 964 | 299.390 | 195.896 |
| Contratos Eletronuclear | 29 | 27 | 7.251 | 7.251 |
| Contratos cotas de garantias | 260 | 284 | 32.866 | 25.602 |
| Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ | | | | |
| Energia reserva (b) | - | - | (4.450) | - |
| Energia de curto prazo - CCEE (c) | - | - | (18.299) | 318 |
| Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA | 20 | 19 | 7.309 | 6.136 |
| (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo | - | - | (30.347) | (24.058) |
| Subtotal | 1.184 | 1.294 | 293.720 | 211.145 |
| Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d) | - | - | 38.899 | 55.754 |
| Total energia elétrica comprada para revenda | 1.184 | 1.294 | 332.619 | 266.899 |

- (a) Nesse item estão alocadas as despesas com os contratos de energia oriundos dos leilões, os quais tiveram uma variação de 5,7% em seu preço médio de pagamento em relação a 2018, oriundo de uma despesa maior com a parcela variável das térmicas. Acrescenta-se também, maiores despesas com o efeito disponibilidade e exposição, os quais são repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas, cujo preço de geração é superior ao PLD. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD entre os submercados;
- (b) A despesa com ESS no 1º trimestre de 2018 foi maior, se comparado com o mesmo período de 2019, em função do custo com energia de reserva no valor de R\$ 8.648. Outro fator que contribuiu para essa redução em 2019 foi restituição de despesa a título de alívio, no valor de R\$ 11.083;
- (c) No período de três meses findo em 31 de março de 2019, houve o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado. Adicionalmente, no trimestre houve uma elevação da receita em virtude do efeito das recontabilizações do MCS D de energia nova; e
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão. Estes custos sofreram uma redução em comparação com o exercício anterior, em decorrência das novas tarifas aprovadas na nova resolução RAP de nº 2.405 de 19 de junho de 2018, relacionadas à Rede Básica e Conexão que tiveram uma redução de 21,69% em relação a Resolução anterior, incorporadas ao Reajuste Tarifário Anual de 2018.

29 Resultado financeiro líquido

| | 31/03/2019 | 31/03/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendas financeiras | 7.734 | 17 |
| Valores a receber/devolver parcela A | 8.435 | 3.915 |
| Acréscimo moatório de energia vendida | 19.648 | 22.933 |
| Variação monetária e cambial da dívida | - | 519 |
| PIS/COFINS sobre receita financeira | (1.972) | (1.614) |
| Descontos obtidos | 1.947 | 24 |
| Outras receitas financeiras | 4.600 | 7.818 |
| Total de receitas financeiras | 40.392 | 33.612 |
| Despesas financeiras | | |
| Valores a receber/devolver parcela A | (1.971) | - |
| Variação monetária e cambial da dívida | (1.902) | (1.051) |
| Encargos da dívida | (58.559) | (35.399) |
| Atualização de eficientização e contingências | 968 | (971) |
| Despesa financeira de AVP (a) | (5.606) | - |
| Juros, multas s/ operação de energia | (816) | (2.426) |
| Juros passivos (b) | (2.719) | (21.624) |
| Outras despesas financeiras | (11.663) | (5.255) |
| Total de despesas financeiras | (82.268) | (66.726) |
| Resultado financeiro líquido | (41.876) | (33.114) |

- (a) Amortização do ajuste a valor presente sobre saldo devedor da dívida obtida pela Companhia com recursos RGR, cuja correção correspondia a 111% da SELIC que, após a assinatura do contrato de concessão, em 18 de outubro de 2018, alterou as condições contratuais passando a 5% a.a., com carência até o mês da primeira revisão tarifária ordinária da CEPISA; e
- (b) Redução de juros sobre tributos e sobre aumento adiantamento para futuro aumento de capital, reconhecidos na Companhia até o período de 30 de setembro de 2018, quando então foram incorporados como dívida junto à Eletrobras.

30 Instrumentos financeiros

30.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado² (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

30.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

| Ativo | Categoria dos instrumentos financeiros | 31/03/2019 | | 31/12/2018 | |
|-------------------------------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | Contábil | Mercado | Contábil | Mercado |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 550.100 | 550.100 | 830.670 | 830.670 |
| Contas a receber de clientes | Custo amortizado | 623.893 | 623.893 | 588.378 | 588.378 |
| Ativo contratual | Valor justo por meio do resultado | 284.433 | 284.433 | 249.404 | 249.404 |
| Ativo financeiro de concessão | Valor justo por meio do resultado | 11.015 | 11.015 | 11.015 | 11.015 |
| Total do ativo | | 1.469.441 | 1.469.441 | 1.679.467 | 1.679.467 |

² O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.

| Passivo | Categoria dos instrumentos financeiros | 31/03/2019 | | 31/12/2018 | |
|------------------------------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | Contábil | Mercado | Contábil | Mercado |
| Fornecedor | Custo amortizado | 359.666 | 359.666 | 413.879 | 413.879 |
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado | 2.287.385 | 2.951.097 | 2.453.661 | 2.453.661 |
| Debêntures | Custo amortizado | <u>406.951</u> | <u>408.345</u> | <u>400.324</u> | <u>400.324</u> |
| Total do passivo | | <u>3.054.002</u> | <u>3.719.108</u> | <u>3.267.864</u> | <u>3.267.864</u> |

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado.
- **Empréstimos e financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA.

30.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEPISA define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco das Companhias do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o período de 31 de março de 2019, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2018.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto.

Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida.

Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista a atividade da Companhia, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu restabelecimento somente ocorre após regularização do débito.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

A carteira de clientes da Companhia está representada da seguinte forma:

| | % | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Classe consumidora | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
| Residencial | 41% | 42% |
| Industrial | 3% | 3% |
| Comercial | 15% | 15% |
| Rural | 3% | 3% |
| Poder público | 25% | 25% |
| Iluminação pública | 8% | 8% |
| Serviço público | 5% | 4% |
| Total | 100% | 100% |

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 6.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o exercício.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

| 31/03/2019 | | | | | |
|---------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|----------------------|--------------------|--------------|
| Classe consumidora | Consumidores faturados | Consumidores não faturados | Parcelamentos | Baixa renda | Total |
| Residencial | 188.424 | 35.395 | 103.684 | 16.352 | 343.855 |
| Industrial | 18.110 | 563 | 6.356 | - | 25.029 |
| Comercial | 71.399 | 8.167 | 45.153 | - | 124.719 |
| Rural | 13.580 | 1.301 | 8.277 | - | 23.158 |
| Poder público | 32.727 | 4.077 | 171.578 | - | 208.382 |
| Iluminação pública | 13.618 | - | 51.064 | - | 64.682 |
| Serviço público | 28.833 | - | 15.904 | - | 44.737 |
| Total | 366.691 | 49.503 | 402.016 | 16.352 | 834.562 |
| 31/12/2018 | | | | | |
| Classe consumidora | Consumidores faturados | Consumidores não faturados | Parcelamentos | Baixa renda | Total |
| Residencial | 187.432 | 37.342 | 106.542 | 15.037 | 346.353 |
| Industrial | 18.036 | 483 | 7.056 | - | 25.575 |
| Comercial | 71.850 | 8.413 | 46.208 | - | 126.471 |
| Rural | 14.447 | 1.725 | 8.694 | - | 24.866 |
| Poder público | 25.765 | 4.472 | 181.848 | - | 212.085 |
| Iluminação pública | 12.230 | - | 51.276 | - | 63.506 |
| Serviço público | 16.861 | - | 15.884 | - | 32.745 |
| Total | 346.621 | 52.435 | 417.508 | 15.037 | 831.601 |

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 550.100 em 31 de março de 2019 (R\$ 830.670 em 31 de dezembro de 2018). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 16 (Empréstimos e financiamentos) e 17 (Debêntures).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo era de 1,5 em 31 de março de 2019 (1,6 em 31 de dezembro de 2018).

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

| | Valor Projetado | Fluxo de caixa contratual total | 2 meses ou menos | 2-12 meses | 1-2 anos | 2-5 anos | Mais que 5 anos |
|--|----------------------------|--|-----------------------------|-----------------------|---------------------|------------------|----------------------------|
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | | |
| Empréstimos bancários com garantia | 2.287.385 | 3.064.595 | 460.809 | 443.033 | (33.639) | 1.149.620 | 1.044.772 |
| Subtotal - Empréstimos e Financiamentos | 2.287.385 | 3.064.595 | 460.809 | 443.033 | (33.639) | 1.149.620 | 1.044.772 |
| Títulos de dívida emitidos com garantida (Debêntures) | 406.951 | 498.389 | - | 26.929 | 471.460 | - | - |
| Subtotal - Empréstimos e Financiamentos | 406.951 | 498.389 | - | 26.929 | 471.460 | - | - |
| Fornecedores | 359.666 | 359.666 | 50.353 | 309.313 | - | - | - |
| Subtotal - Fornecedores | 359.666 | 359.666 | 50.353 | 309.313 | - | - | - |
| Total | 3.054.002 | 3.922.650 | 511.162 | 779.275 | 437.821 | 1.149.620 | 1.044.772 |

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas 16 e 17, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição da Companhia ao câmbio é de 0,5% (0,5% em 31 de dezembro de 2018) de sua dívida conforme demonstrado a seguir:

| CEPISA | | | | | |
|--------------------------|--------------|--------------------|-----------------------------|-----------------------|--------------|
| Indexador | R\$ MM | Custo médio (a.a.) | Prazo final médio (mês/ano) | Prazo médio (em anos) | Part. (%) |
| Libor | 5,47 | 3,3% | abril/24 | 5,1 | 0,2% |
| Pré fixado | 7,94 | 6,2% | abril/24 | 5,0 | 0,3% |
| Moeda estrangeira | 13,41 | 5,2% | - | 5,0 | 0,5% |
| CDI | 1.047 | 9,3% | jan/23 | 2,5 | 38,9% |
| PRÉ-FIXADO | 662 | 10,5% | set/36 | 9,9 | 24,6% |
| IGP-M | 19 | 9,3% | out/24 | 2,2 | 0,7% |
| IPCA | 496 | 10,4% | mai/23 | 2,1 | 18,4% |
| ISELIC | 457 | 7,9% | jun/21 | 1,2 | 16,9% |
| Moeda nacional | 2.681 | 9,6% | | 4,0 | 99,5% |
| Total | 2.694 | 9,6% | | 4,0 | 100% |

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(v) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 16 (Empréstimos e financiamentos) e 17 (Debêntures).

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

| Risco do fluxo de caixa à taxa de juros | | | | | | | |
|--|-------|---------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Impacto no resultado | | | | | | | |
| Operação | Risco | Saldo em R\$ (exposição) | Cenário Provável | Cenário II +25% | Cenário III +50% | Cenário IV -25% | Cenário V -50% |
| Passivos financeiros | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | US\$ | 13.416 | 12.793 | 15.991 | 19.189 | 9.595 | 6.396 |
| Impacto no resultado | | | (623) | 3.198 | 6.396 | (3.198) | (6.396) |
| Referência para ativos e passivos financeiros¹ | | Taxa em 31/03/2019 | +25% | +50% | -25% | -50% | |
| Dólar US\$ R\$ (% 12 meses) | | 3,90 | 4,64 | 5,57 | 2,79 | 1,86 | |
| Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros | | | | | | | |
| Impacto no resultado | | | | | | | |
| Operação | Risco | Saldo em R\$ (exposição) | Cenário Provável | Cenário II +25% | Cenário III +50% | Cenário IV -25% | Cenário V -50% |
| Passivos financeiros | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | CDI | (1.046.862) | (1.114.699) | (1.130.626) | (1.146.553) | (1.098.772) | (1.082.844) |
| | SELIC | (457.374) | (487.195) | (494.194) | (501.193) | (480.196) | (473.197) |
| | IPCA | (335.948) | (348.680) | (351.746) | (354.813) | (345.613) | (342.546) |
| Total passivos financeiros | | (1.840.184) | (1.950.574) | (1.976.565) | (2.002.558) | (1.924.580) | (1.898.588) |
| Impacto no resultado | | | (110.390) | (136.381) | (162.374) | (84.396) | (58.404) |
| Efeito líquido no resultado | | | (110.390) | (136.381) | (162.374) | (84.396) | (58.404) |
| Referência para ativos e passivos financeiros¹ | | Taxa em 31/03/2019 | +25% | +50% | -25% | -50% | |
| CDI (% 12 meses) | | 6,34% | 8,10% | 9,72% | 4,86% | 3,24% | |
| SELIC (% 12 meses) | | 6,35% | 8,15% | 9,78% | 4,89% | 3,26% | |
| TLP (% 12 meses) | | 4,58% | 5,72% | 6,86% | 3,43% | 2,29% | |
| TJLP (% 12 meses) | | 6,79% | 8,75% | 10,50% | 5,25% | 3,50% | |
| IGP-M (% 12 meses) | | 8,27% | 4,07% | 4,89% | 2,44% | 1,63% | |
| IPCA (%12 meses) | | 4,58% | 4,74% | 5,68% | 2,84% | 1,89% | |

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

(viii) **Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

30.4 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------|----------------------|-------------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 2.287.385 | 2.453.661 |
| Debêntures | 406.951 | 400.324 |
| Caixa e equivalentes de caixa | <u>(550.100)</u> | <u>(830.670)</u> |
| Dívida líquida | 2.144.236 | 2.023.315 |
| EBITDA | <u>64.315</u> | <u>(119.501)</u> |
| Dívida líquida / EBITDA | <u>33,34</u> | <u>(16,93)</u> |

* EBITDA (Lucro líquido - IRPJ/CSLL - Resultado financeiro - Depreciação/Amortização)

- Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|----------------------|----------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 2.287.385 | 2.453.661 |
| Debêntures | 406.951 | 400.324 |
| Caixa e equivalentes de caixa | <u>(550.100)</u> | <u>(830.670)</u> |
| Dívida líquida | 2.144.236 | 2.023.315 |
| Patrimônio líquido | <u>(843.400)</u> | <u>(852.906)</u> |
| Dívida líquida / (dívida líquida + Patrimônio líquido) | <u>(2,54)</u> | <u>(2,37)</u> |

- Dívida de curto prazo / dívida total

| | 31/03/2019 | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Empréstimos e financiamentos | 879.604 | 1.033.722 |
| Debêntures | <u>6.951</u> | <u>324</u> |
| Dívida de curto prazo | 886.555 | 1.034.046 |
| Dívida total | <u>2.694.336</u> | <u>2.853.985</u> |
| Dívida de curto prazo / dívida total | <u>33%</u> | <u>36%</u> |

No período findo em 31 de março de 2019, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

31 Eventos subsequentes

Em 02 de abril de 2019, a Companhia assinou o contrato de empréstimo em moeda estrangeira com o Banco CITIBANK N.A no valor de US\$ 77.720, equivalente a R\$ 300.000, com prazo de vencimento em 05 de abril de 2022, com fiança da Controladora Equatorial Energia e ao custo de LIBOR3M+0,725%a.a. Nesta data, a CEPISA também assinou um contrato de *SWAP* para fins de *hedge* com o CITIBANK S.A, com ponta ativa nas mesmas condições do empréstimo em moeda estrangeira e ponta passiva em reais, com custo de 113,5% do CDI e vencimento em 05 de abril de 2022.

* * *

Conselho de Administração

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Augusto Miranda da Paz Júnior

Eduardo Haiama

Tinn Freire Amado

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretor

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Cosme José Bráulio Cezário
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-PI